

O DESAFIO DA DISTRIBUIÇÃO EQUÂNIME DA RENDA E RIQUEZA NO BRASIL

Marcio Pochmann¹

RESUMO: O artigo pretende contribuir para o melhor entendimento da persistência do fenômeno da concentração da renda e riqueza no Brasil ao longo do tempo. Independentemente dos regimes de acumulação (primário-exportador, industrialização e financeirização), dos regimes políticos (autoritário ou democrático) e dos regimes de governo (império e república parlamentar ou presidencialista), tem permanecido praticamente inalterada a fração majoritária da renda e da riqueza por uma ínfima parcela rica da população. Na primeira parte do presente texto, procurou-se trazer para o debate os principais elementos que geralmente são associados à desigualdade na repartição na renda. Na segunda parte, pretendeu-se resgatar, historicamente, um bloco de distintos padrões de repartição da renda e da riqueza adotados pelas nações que alteraram o perfil distributivo em todo o mundo. Por fim e não menos importante, procurou-se então tratar das razões da concentração da renda no Brasil.

Palavras-Chave: Distribuição de Renda. Brasil.

ABSTRACT: This paper intends to contribute for a better comprehension of the income and wealth concentration's persistence in Brazil through the time. The income and wealth fraction have practically remained unchanged and concentrated in the richest part of the population, independently of the accumulation regimen (agro-exporter, industrialization and financial globalization), of the political regimen (authoritarian or democratic) and of the government regimen (empire, parliamentary or presidential republic).

⁴⁴ Professor licenciado do Instituto de Economia e do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Universidade Estadual de Campinas. Secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo.

In the first part of the text, it is debated the main elements which are generally associated with the inequality in the income distribution. In the second part, it is intend to analyze, in a historical perspective, the set of distinct standards on income and wealth distribution adopted by the nations that had modified the distributive profile in world. Last, but not least, the paper analyzes the reasons of the income concentration in Brazil.

Keywords: Income distribution. Brazil.

Código JEL: I32

Muito já tem sido pensado, escrito e falado acerca da má distribuição de renda e riqueza no Brasil. Há avanços inquestionáveis em termos de informações quantitativas e qualitativas sistematizadas e de sofisticação teórica em torno da péssima concentração da renda em todo país.

Todavia, a situação da repartição da renda e da riqueza dos brasileiros que vivem com muito pouco permanece praticamente a mesma. De acordo com as páginas a seguir, têm-se condições de constatar a estabilidade secular do padrão excludente de repartição da renda no país.

Independentemente dos regimes de acumulação (primário-exportador, industrialização e financeirização), dos regimes políticos (autoritário ou democrático) e dos regimes de governo (império e república parlamentar ou presidencialista), tem permanecido praticamente inalterada a fração majoritária da renda e da riqueza por uma ínfima parcela rica da população. Por conta disso, procurou-se, na primeira parte do presente texto, trazer para o debate os principais elementos que geralmente se encontram associados à desigualdade na repartição na renda.

Já na segunda parte, pretendeu-se resgatar historicamente um bloco de distintos padrões de repartição da renda e da riqueza adotados pelas nações que alteraram o perfil distributivo em todo o mundo. Por fim e não menos importante, procurou-se então tratar das razões da concentração da renda no Brasil, acrescentado de algumas considerações finais.

Dessa forma, espera-se poder contribuir para o melhor entendimento a respeito do fenômeno da concentração da renda e da riqueza estável ao longo do tempo no Brasil. Ao mesmo tempo, acredita-se que,

ao se conhecer melhor a gravidade da situação nacional, seja possível reverter ainda o quadro distributivo atual. E isso depende fundamentalmente da capacidade de desconcentrar o poder, aprofundando simultaneamente a democracia participativa em todo o país.

1. Elementos da desigualdade na repartição da renda

A partir do século XIV, com o avanço da crise da sociedade feudal, uma nova visão de mundo foi constituída. Contribuiu para isso, certamente, a concepção crítica endógena das ordens religiosas hegemônicas da época (contra-reforma) e a percepção teleológica da predestinação da vida legitimada por uma sociedade que se organizava por privilégios de nascença a pequenos segmentos sociais.

Da mesma forma, contribuíram também os significativos avanços dos cientistas do Renascimento que romperam com as visões ultrapassadas a respeito da compreensão transcendental do mundo, em que não havia protagonismo possível para o homem transformar a realidade.

A nova visão de mundo veio acompanhada inexoravelmente por uma outra concepção acerca da desigualdade entre homens, não mais associada a elementos de ordem natural e de desejo divino. Em outras palavras, a desigualdade deixava de ser identificada como algo eterno, capaz de ser passível de alteração pela vontade do próprio homem.

Nesse sentido, a intervenção de Jean-Jacques Rousseau, por intermédio da obra *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* (1755), teve grande originalidade ao apontar dois tipos distintos de desigualdades entre os homens. De um lado, a desigualdade natural ou física, que se originava das dessemelhanças existentes entre indivíduos da espécie humana, tais como sexo, raça, idade, saúde. De outro, a desigualdade moral ou política que se relacionava à estrutura de organização da sociedade, capaz de permitir a existência de privilégios para alguns em prejuízo de outros, como o de ser rico ou pobre, de ser poderoso ou fraco.

Decorre que, ainda para Rousseau, a desigualdade natural era perceptível, sobretudo, no estágio mais primitivo da evolução humana, tal qual a identificada entre animais de uma mesma espécie. Ao abandonar

as árvores como moradia e passar a residir em terra e em grupos familiares, uma diferenciação mais clara entre sexos teve início.

A vida era relativamente simples, com poucas necessidades e enorme ócio. Mas com o passar do tempo e o avanço da linguagem, das idéias de mérito e beleza, houve maior sentimento de preferência, constituindo um novo passo para a desigualdade e antagonismo diante da crescente representatividade da riqueza e das iniquidades. O direito da propriedade e a divisão do trabalho elucidaram não apenas o sistema de desigualdade política entre poderosos e fracos como disseminaram a progressão de um sistema de diferenciação entre os homens, que não mais se manifestava naturalmente, mas por razões políticas, econômicas, sociais e culturais.

Por sua vez, Aléxis de Tocqueville, na obra de 1835 (Ensaio sobre a pobreza), reconheceu originalmente o caráter relativo da pobreza crescente no interior das nações com maior opulência, ao contrário da pobreza absoluta verificada nos países com baixo desenvolvimento. Especialmente com a Revolução Industrial, já na segunda metade do século XVIII, o progresso econômico terminou pronunciando-se com ganhos cada vez mais concentrados em pequenas parcelas sociais, contribuindo para que famílias não miseráveis se tornassem relativamente pobres frente ao padrão de vida dos segmentos mais ricos da população.

Em virtude disso, as interpretações acerca da condição de estagnação nos prazos médio e longo do modo de produção capitalista, que tendiam a tornar quase que natural a existência de pobres e alta desigualdade, começaram a perder importância. Foram os casos das hipóteses tanto malthusianas, de discrepâncias na evolução mais rápida da demografia humana em relação à expansão da produção alimentícia, como ricardianas, de estagnação circular das atividades produtivas em decorrência dos rendimentos decrescentes (MALTHUS, 1983; RICARDO, 1982).

Ainda que a Revolução Industrial passasse a fornecer as condições necessárias para a produção de abundância nos bens e serviços apropriados à vida mais confortável a praticamente toda a população, o que possibilitou romper com a sociedade vigente na escassez - em que apenas uma parcela da sociedade tinha acesso -; isso somente viria a ocorrer na forma de uma conquista. Nesse sentido, tornou-se funda-

mental a organizada intervenção humana, superando a noção do direito positivo pelo direito natural, com fonte da justiça, da solidariedade e da liberdade⁴⁵.

A percepção de Karl Marx, em pleno século XIX, foi essencial para chamar a atenção a respeito da natureza de classe da sociedade capitalista, com a subordinação dos trabalhadores aos detentores dos meios de produção. Assim, a apropriação dos frutos do progresso econômico tendia a se encontrar diretamente associada à natureza da posse dos meios de produção (MARX, 1983). Em síntese: a desigualdade na distribuição da riqueza e renda era produto próprio da sociedade capitalista que concentrava o poder.

Mas, mesmo assim, a desigualdade entre os ocupados não deixava de ser influenciada direta e indiretamente pela forma de inserção na educação e no trabalho. Para o liberal Alfred Marshall, foi possível reconhecer, em 1890, como a educação para o trabalho seria determinante no acesso de melhor nível de remuneração, contribuindo para reduzir a desigualdade da renda entre os ocupados (MARSHALL, 1982).

Dessa forma, a divisão social do trabalho teria impacto na definição do tipo de trabalho do rico e do pobre. Para Adam Smith, por exemplo, a divisão do trabalho seria a grande fonte da expansão da produtividade. Por isso, as ocupações mais simples tenderiam a demandar pessoas menos qualificadas, pagando menor remuneração, enquanto o inverso seria também verdadeiro.⁴⁶

Nesse mesmo sentido, a divisão internacional do trabalho também traria repercussão a respeito das possibilidades de cada nação produzir e absorver riqueza e renda. Países com forte ênfase nas atividades primárias estariam sob efeito das trocas internacionais desiguais com nações concentradoras de atividades industriais⁴⁷.

⁴⁵ Sobre a evolução da era dos direitos (civis, políticos e sociais) ver Marshall (1967).

⁴⁶ Sobre a natureza de inserção no mercado de trabalho e as hierarquias ocupacionais ver Smith (1983); Galbraith (1992); Braverman (1981).

⁴⁷ Maiores detalhes em Pochmann (2001).

2. Padrões de desconcentração da renda e riqueza

Desde o abandono do direito positivo fundado na vontade divina, que a expectativa de construir uma sociedade justa e igualitária passou a corresponder a uma meta a ser alcançada pela coletividade humana. Nesses termos, dois tipos de padrões de desconcentração da renda e riqueza ganharam dimensão no mundo: revoluções e reformas.

O primeiro padrão de desconcentração de renda está associado aos processos revolucionários, que tinham o homem como protagonista de uma nova ordem social, cultural, econômica e política. A substituição do velho pelo novo não resultou de uma mera alteração de estágios num mesmo ciclo, conforme originalmente a palavra revolução terminou sendo usada no ambiente astronômico por Nicolau Copérnico.

Em resumo, a revolução tornou-se símbolo de uma mudança brusca no ritmo, até certo ponto normal, da evolução histórica (ARENDDT, 1988). O processo histórico de ruptura que representam as revoluções pode ser dividido entre as de natureza burguesa e as de natureza socialista.

As revoluções burguesas tiveram papel fundamental de substituir regimes feudais e de servidão pelo modo de produção capitalista. Nesse sentido, elas corresponderam à desapropriação, em maior ou menor medida, do poder e riqueza de nobres, da aristocracia rural e dos senhores feudais pela burguesia comercial, industrial e financeira.

Pelo modo de produção capitalista, a burguesia revolucionou, valorizando o trabalho e o investimento nos meios de produção em meio à prévia cultura aristocrática do ócio e dos prazeres da vida representada pela tradição dos aristocratas ricos de então (HOBSBAWM, 1982). As principais experiências históricas de revoluções burguesas foram consagradas pela Revolução Inglesa (1640), Norte-Americana (1776) e a Francesa (1789). Nessas três principais experiências, cada uma à sua maneira, houve uma convergência quanto à ascensão de uma nova classe social ao poder, desbancando antigas representadas pela monarquia, pela elite religiosa, pelos senhores feudais ou pela aristocracia fundiária⁴⁸.

⁴⁸ Para detalhes ver mais em: Bairoch (1997); Yong (1993); Godechot (1989).

A nova relação de poder também representou a possibilidade de combinação de parte dos estratos sociais do velho com novos estratos de classes. Mas, em geral, a violência dos conflitos armados, inclusive com guerras civis de grande proporção, demarca os processo revolucionários burgueses.

No caso da Revolução Inglesa, a velha relação de poder, representada pelo despotismo da monarquia e demais forças reacionárias da Igreja e de grandes proprietários de terras, foi destituída originalmente por uma guerra, envolvendo o parlamento inglês e demais forças de classes mercantis e industriais, pequenos proprietários rurais e massas populares. A resolução final foi o confisco de terras da Igreja e da monarquia, como principal fonte de riqueza da época, além do abandono da primazia da herança e dos privilégios elitizados.

A Revolução Norte-Americana teve elementos adicionais com o avanço da Declaração de Independência responsável pela afirmação de que *todos os homens foram criados iguais e dotados pelo Criador de direitos inalienáveis, como a vida, a liberdade e a busca da felicidade*. A vitória pelas armas das forças lideradas por George Washington terminou consagrando a ênfase na construção de uma sociedade de pequenos agricultores, o que se tornou absolutamente fundamental para a expansão territorial para a região oeste do país, como forma de diminuir a tensão pelo acesso a terras.

Mas isso, contudo, levou ao genocídio dos indígenas e aos abusos do escravismo dos negros. Somente com a guerra civil da Secessão (1861-1865), que a região sul dos Estados Unidos aboliu o trabalho escravo ao mesmo tempo em que ganhou cada vez mais força a imigração populacional. É bem verdade, contudo, que o mercado de trabalho permaneceu fechado aos negros por muito mais tempo, somente detentores de medidas mais efetivas quase 100 anos depois de completar a abolição da escravatura, com a introdução de novas políticas públicas no governo Kennedy.

Por fim, também na Revolução Francesa, houve tanto confiscos emergenciais de propriedade como a renúncia das classes privilegiadas (nobres e clérigos) dos seus direitos feudais, a partir da deposição da velha ordem e da afluência de uma nova ordem. Na mesma toada da Declaração de Independência do Estados Unidos, a Revolução Francesa aprovou

a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, com a identificação de que *os homens nascem iguais e permanecem livres e iguais em direitos*, tendo a lei o papel de *expressão da vontade geral*. Em síntese, *as distinções sociais só poderiam se fundar na utilidade comum*.

No que diz respeito às revoluções socialistas, o propósito adotado foi o da deposição da classe burguesa pela ascensão das classes trabalhadoras. Para isso, a perspectiva socialista tinha como um dos pressupostos a dissolução das classes sociais, acabando com privilégios e dominação que tinham como fonte geradora a propriedade privada dos meios de produção.

Nesse sentido, a visão libertária em relação ao modo de produção capitalista estava atenta à concepção de que cabia às classes trabalhadoras o protagonismo da práxis, como sujeito de uma atividade teleológica comprometida pela transformação do mundo e de si próprio (Marx, 1983). Era o conjunto da humanidade pertencente às classes trabalhadoras o responsável pelo enfrentamento dos desafios legados das gerações burguesas, alterando para isso as relações de produção e de dominação de uma classe por outra.

A unidade das classes trabalhadoras em torno de um progresso político e não tão somente a convergência dos princípios doutrinários é que terminaria por garantir as primeiras experiências de revolução socialista, com a ascensão das classes trabalhadoras ao poder e, por consequência, apropriação da posse dos meios de produção dos capitalistas. Antes disso, no entanto, aconteceram vários levantes operários e camponeses, com ambientes pré-revolucionários e ainda eventos revolucionários frustrados, como a Revoluções de 1848 e da Comuna de Paris (1871), ambos na França.

A Revolução de 1917, na Rússia, foi o primeiro marco concreto e efetivo da revolução socialista, quando as classes trabalhadoras impuseram - pela força popular organizada - uma nova ordem econômica, cultural, social e política. A desapropriação dos meios de produção e a instalação do planejamento central estatal por intermédio de um partido único foram o responsável pela concessão de uma alternativa efetiva ao modo de produção capitalista.

Também as Revoluções Socialistas na China, em 1949, e em Cuba, em 1959, entre outras, terminaram por adotar, a sua maneira, a propri-

idade socialista dos meios de produção, cujo papel central coube ao Estado exercer como representante direto do povo. Em outras palavras, a propriedade da terra, do subsolo, das florestas, das fábricas, dos meios de transportes, dos bancos, das empresas agrícolas, das habitações urbanas e dos equipamentos sociais, entre outros, passaram a ser de responsabilidade do Estado socialista.

No meio rural, preponderou a coletivização dos campos com um comitê do Estado responsável pela elaboração do planejamento central de toda a economia. Tudo isso, é claro, associado à presença de conselhos operários e de representantes do povo tomando as decisões orçamentárias e a gestão das empresas em todo o país.

Até 1945, havia somente dois países socialistas. Mas com o fim da Segunda Guerra Mundial, houve uma expansão de novos países socialistas, chegando a atingir catorze nações, que representavam um terço do total da população do mundo no final da década de 1980. A partir daí, com a queda do Muro de Berlim e o desmoronamento da União Soviética, em 1991, passou a ocorrer uma ampla redução na quantidade de países socialistas no mundo.

Por outro lado, em relação ao segundo padrão de desconcentração da renda e da riqueza adotado por vários países, pode-se constatar a importância dos processos de reformas estruturais e civilizatórias do modo de produção capitalista. As reformas, muitas vezes identificadas como um possível cumprimento de um longo processo revolucionário em migalhas no modo de produção capitalista, tem sido fruto da cultura democrática (PRZEWOORSKI, 1989; OFFE, 1989; FLORA e HEIDENHEIMER, 1981).

As lutas políticas travadas desde o século XIX pelo abandono dos regimes autoritários, quando muito prevenidos por sistemas de democracia censitária, que permitia o voto somente de homens ricos (3 a 5% da população, em geral), constituíram a possibilidade de real do avanço das reformas. A adoção do sistema de voto secreto e universal a toda população adulta garantiu crescente representatividade a todos segmentos sociais no parlamento, especialmente na confecção de leis e regras de convivência com menor concentração de renda, bem como no poder executivo, responsável pela adoção de políticas econômicas e sociais redistributivistas.

Em síntese, o predomínio dos regimes políticos democráticos terminou possibilitando a realização de, pelo menos, três grandes reformas civilizatórias do modo de produção capitalista contemporâneo. Uma das principais reformas tem sido a agrária, realizada na maioria dos países desenvolvidos até o final do século XIX ou, ainda, até a primeira metade do século XX, como no caso do Japão e Itália.

Uma outra reforma fundamental diz respeito aos tributos, capaz de inverter a chamada estrutura primária de repartição do excedente econômico gerado. Sem alterar as formas clássicas de distribuição da renda, com os capitalistas apropriando-se do lucro, os banqueiros absorvendo a renda com juros, os proprietários de imóveis na forma de renda da terra e aluguéis e, ainda, as classes trabalhadoras recebendo salários e demais rendimentos do trabalho, foi introduzindo uma rede de tributação progressiva. Ou seja, aqueles segmentos responsáveis pela absorção de maiores parcelas da renda terminam pagando maior quantidade de impostos do que outros segmentos sociais.

A terceira grande reforma foi a social. A constituição de um padrão de bem estar social foi obra da formação de fundos públicos a partir da realização da reforma tributária, que tinha por objetivo fundamental fazer com que os ricos pagassem impostos.

De posse das maiores somas de recursos, coube aos fundos públicos garantir a expansão dos gastos nas áreas sociais como educação, saúde, transporte, habitação, assistência e previdência. Dessa forma, foi possível garantir praticamente à totalidade da população trabalhadora uma elevação considerável no padrão de vida, assistida por equipamentos e serviços públicos, como educação e saúde pública e subsídios no crédito, transportes de qualidade, habitações e infra-estrutura urbana e rural.

Nesse sentido, tornou-se robusta a interferência das reformas agrária, tributária e social na repartição mais equânime da renda nacional. Na Inglaterra, por exemplo, o segmento responsável por 1% mais rico da população absorvia 11,2% de toda a renda nacional antes dos impostos. Após o pagamento dos impostos, a participação na renda líquida havia caído para 6,4%. Já os segmentos 50% mais pobres da população detinham 23,7% da renda nacional antes dos impostos e ficavam com 26,5% após a participação das políticas sociais (POCHMANN, 1995).

Com os programas sociais, parcela importante da população (velhos, doentes, deficientes físicos e mentais, crianças e adolescentes) pode viver sem depender diretamente do mercado de trabalho, mas da gerência dos fundos públicos. Para a população dependente do mercado de trabalho, a democracia nas relações de trabalho, associada ao compromisso do pleno emprego, permitiu a realização de contratos coletivos de trabalho favoráveis a melhor distribuição dos frutos do crescimento econômico, assim como a regulação da concorrência intercapitalista evitou a formação de uma sociedade com má distribuição da renda.

A legitimidade do sistema político partidário consagrou aos partidos principais de natureza liberal, conservadora e social-democrata o palco necessário e fundamental para a atuação organizada e o desenvolvimento de iniciativas reformistas, direcionadas ao combate do processo de concentração da renda e da riqueza eivada do modo de produção capitalista. As experiências reformistas terminaram sendo majoritárias como padrão de desconcentração de renda no mundo, uma vez que pressupunham a desconcentração do poder por meio do aprofundamento do regime democrático.

3. Razões da concentração da renda e riqueza no Brasil

A concentração da renda e da riqueza é uma marca inalienável do Brasil. De acordo com o *Atlas de exclusão social – Os ricos no Brasil* (Campos, 2004), somente 5 mil clãs de famílias apropriam-se de 45% de toda a riqueza e renda nacional, embora o país tenha mais de 51 milhões de famílias.

Se considerar somente a parcela da população que se concentra no decil mais rico, verifica-se que 75% de toda a riqueza contabilizada são por ela absorvidos. Em outras palavras, resta para 90% da população brasileira somente 25% da riqueza e renda nacional.

Esse descabro em relação à concentração sem limites da renda no país não é algo recente. Pelo contrário, isso parece ser algo consolidado desde sempre no país. Ainda segundo o *Atlas da exclusão social – Os ricos no Brasil*, nota-se que já no período de colônia portuguesa, durante o século XVIII, havia apenas 10% da população responsável pela absorção de cerca de 2/3 da riqueza.

Mesmo com o abandono da condição de colônia, passando pela situação de independência nacional e pelo regime imperial, o país continuou a registrar uma incrível estabilidade no padrão excludente de repartição de renda e riqueza. Assim como o rompimento com Portugal não afetou desfavoravelmente os ricos, também o fim da escravidão e a passagem para a República nada parece ter modificado o padrão de repartição da renda (FURTADO, 1977; PRADO JR, 1981; OLIVEIRA, 2003).

Um outro aspecto instigante encontra-se relacionado à evolução de distintos ciclos econômicos sem alteração no padrão distributivo. Tanto os ciclos primário-exportadores (pau-brasil, açúcar, ouro, pimenta, borracha, café), que se prolongaram até o começo do século XX, como o desenvolvimento do projeto urbano-industrial convergiram apenas no que diz respeito à metamorfose da riqueza, mantendo praticamente intacta a forma concentrada de distribuição dos frutos do crescimento econômico.

Desde 1980, com o abandono do projeto de industrialização nacional, tem avançado no país o ciclo da financeirização da riqueza, com retorno ao modelo primário-exportador de matérias-primas e produtos agropecuários (agro-negócio). Da mesma forma que os ciclos econômicos anteriores, o padrão distributivo segue inalterado, a não ser pelo aprofundamento da desigualdade de renda e riqueza.

Entre 1980 e 2000, quando o crescimento econômico foi pífio, praticamente dobrou em termos absolutos e relativos a quantidade de famílias ricas. Também tornou-se geograficamente mais concentrada, ainda, a presença dos ricos no Brasil. Atualmente, somente 4 cidade respondem por quase 8 a cada dez famílias ricas no Brasil (São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte).

Como explicar tal situação que remonta à estabilidade secular no padrão excludente de repartição da renda e riqueza no Brasil? A resposta talvez deva ser encontrada na estabilidade do conservadorismo, o poder entre as elites do país (Faoro, 1975).

Assim como a renda e a riqueza, o poder no Brasil encontra-se muito concentrado. Daí porque o país jamais ter vivido alguma experiência revolucionária. Os levantes existiram, mas sempre massacrados pelas forças do conservadorismo (Fernandes, 1975).

Mesmo as revoluções burguesas terminaram por acontecer. As passagens de um modo de produção a outro foram inofensivas ao padrão excludente de repartição da riqueza e renda.

As reformas civilizatórias do capitalismo contemporâneo também deixaram de acontecer no Brasil. Assim, sem revoluções e sem reformas consideráveis, o padrão distributivo não seria modificado.

A ausência de democracia consolidada parece ser a grande razão do conservadorismo e da concentração do poder. Dos mais de cinco séculos de existência, o Brasil não tem 40 anos de regime democrático.

É claro que não se pode chamar de democracia o que ocorria durante a fase imperial do século XIX e a República Velha (1889 a 1930). Tratava-se de um regime censitário, capaz de disponibilizar o voto tão somente para a população masculina que tinha posses e renda, compreendendo cerca de 1% da população. Deve ser lembrado ainda que as eleições não eram secretas.

Somente a partir da década de 1930, é que o Brasil avançou para consolidar o voto secreto e universal, mesmo que deixando de fora a população analfabeta. Mas, a partir daí, tiveram o Estado Novo (1937-45) e o regime militar (1964-85), justamente quando se definiu o novo pacto de poder favorável à industrialização (década de 1930) e quando o país registrou as maiores taxas de crescimento da renda (milagre econômico entre 1968 e 1973).

Quando o autoritarismo predominou, os ricos foram favoravelmente beneficiados, mantendo inalterado o padrão distributivo excludente no país. Os apelos populares e progressistas do povo em favor da melhor repartição dos frutos do crescimento econômico ficaram de fora do núcleo de poder.

Durante os períodos democráticos, manteve-se em alta as demandas reprimidas pelas fases autoritárias, especialmente num ambiente de enorme heterogeneidade social e geográfica. As convergências necessárias para o desenvolvimento de um projeto revolucionário ou mesmo de natureza reformista ficaram subsumidas pela administração das emergências e pelo conagraçamento de articulações políticas entre distintos extratos de classe sociais, muitas vezes necessárias à governabilidade.

Por conta disso, o encaminhamento das questões referentes à alteração do padrão distributivo ficou em segundo plano. Também o blo-

queio que emerge na priorização das ações de governo a serem realizadas termina direcionando a tarefas de curto prazo, incapazes de alterar a estrutura de concentração dos agregados de renda e riqueza no país.

Da mesma forma, a concentração do poder econômico e político impõe obstáculos profundos na gestão do país. O reacionarismo das elites que concentram o poder tem inviabilizado a concretização de reformas num ambiente democrático.

Na ausência de revolução e de reformas, geralmente obstadas pelo conservadorismo, as políticas públicas ficaram pelo meio do caminho. Os gastos públicos nas áreas sociais já são significativos, ainda que não suficientes para repararem a herança do padrão excludente de repartição da renda nacional. Mas seus resultados demonstram a importância para evitar um maior aprofundamento da desigualdade de renda. No entanto, apresentam-se insuficientes para modificar a estrutura secular da má repartição da riqueza.

Assim, a composição fundiária segue muito concentrada. A estrutura tributária permanece regressiva, com a população pobre pagando mais impostos e os ricos quase que incólumes, enquanto a estrutura social permanece distante das possibilidades governamentais de garantia da universalidade e da qualidade necessária dos bens, serviços e equipamentos sociais básicos para toda a população.

4. Considerações finais

De acordo com o apresentado nas páginas anteriores, o Brasil constitui uma importante referência em termos da estabilidade secular no seu padrão excludente de repartição de renda e riqueza. A despeito de ter ultrapassado a condição de colônia portuguesa e do regime imperial, para ter ingressado na fase republicana, bem como superado o ciclo agrário-exportador para avançar na urbanização e industrialização, permaneceu praticamente incólume a apropriação de cerca de 75% de toda riqueza e renda nacional por apenas e tão somente uma elite branca e escolarizada formada por 10% de toda a população brasileira.

Desde 1980, assistiu-se o abandono do projeto de industrialização nacional, o avanço do ciclo de financeirização da riqueza e da volta do

modelo de primário-exportador. Por conta disso, os sinais de repartição da renda no país apontam para algo ainda mais grave.

O padrão concentrado de repartição da renda e riqueza parece ser ainda mais nefasto e excludente quando se chega à informação atual de que somente 5 mil clãs de famílias, de um total de 51 milhões de famílias brasileiras, absorvem 45% de toda a renda e riqueza do país. Tudo isso que faz do Brasil um dos piores países em termos de renda concentrada encontra-se fundamentalmente associado ao padrão excludente de repartição do poder.

O Brasil não tem tradição democrática. Dos seus 504 anos de existência, não há 50 anos de regime democrático consolidado. Sem cultura democrática, o país tem postergado a realização das reformas que são consideradas clássicas no capitalismo contemporâneo. Todos os países desenvolvidos fizeram – de um jeito ou de outro – as reformas agrária, tributária e social.

O Brasil insiste em desconhecer o papel das reformas na democratização do poder e, por consequência, na melhor repartição da renda e da riqueza. A despeito do país ter completado 20 anos de regime democrático, após 21 anos de autoritarismo (1964/85), persiste uma verdadeira plutocracia que hegemoniza a cultura política e a gestão da economia, o que tem permitido a tão somente 15 mil famílias aprisionarem a nação em torno de seus interesses mais diretos: a reprodução financeira de sua riqueza.

Sem reformas e muito menos sem a experiência de revoluções, o Brasil segue negando a modernidade ao conjunto de sua população. Em algum momento histórico, parcela dos excluídos, senão sua totalidade, terminará ainda por cobrar parte do seu quinhão devido. A justiça tarda, mas não falha, conforme diz o ditado popular. Ou será que nisso também o Brasil representaria uma exceção à regra?

5. Referências

ARENDR, H. (1988) **Da revolução**. São Paulo: Ática.

BAIROCH, P. (1997) **Victoires et déboires**. Saint Amand: Gallimard.

Marcio Pochmann

BRAVERMAN, H. (1981) **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar.

CAMPOS, A. *et alii* (2004) **Os ricos no Brasil**. São Paulo: Cortez.

FAORO, R. (1975) **Os donos do poder**. São Paulo: Edusp.

FERNANDES, F. (1975) **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar.

FLORA, P. & HEIDENHEIMER, A. (1981) **The development of Welfare State in Europe and América**. London: T. Books.

FURTADO, C. (1977) **A formação econômica do Brasil**. São Paulo. Cia. Editora Nacional.

GALBRAITH, J. (1992) **The culture of contentment**. London: Sinclair-Stevenson.

GODECHOT, J. (1989) **A revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

HOBSBAWM, E. (1982) **A era das revoluções**. Rio de Janeiro. Paz e Terra.

MALTHUS, T. (1983) **Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática: ensaio sobre a população**. São Paulo: Abril.

MARSHALL, A. (1982) **Princípios de economia**. São Paulo: Abril.

MARSHALL, T. (1982) **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar.

MARX, K. (1983) **O capital**. São Paulo: Abril.

MELLO, J. (1980) **Capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense.

OFFE, KC. (1989) **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Brasiliense.

OLIVEIRA, F. (2003) **Crítica à razão dualista e o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo.

PINSKY, J. & PINSKY, B. (2003) **História da cidadania**. São Paulo: Contexto.

POCHMANN, M. (1995) **Políticas do trabalho e de garantia de renda no capitalismo em mudanças**. São Paulo: LTr.

POCHMANN, M. (2001) **O emprego na globalização**. São Paulo: Boitempo.

PRADO JR., C. (1981) **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense.

PRZEWORSKI, A. (1989) **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Cia. Das Letras.

RICARDO, D. (1982) **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril.

SMITH, A. (1983) **A riqueza das nações**. São Paulo: Abril.

YONG, A. (1993) **American Revolution**. Illinois: IUP.

Marcio Pochmann